



MEDIDAS URGENTES (Síntese das prioridades da Política Reivindicativa para 2022)

14 DE FEVEREIRO DE 2022

As medidas urgentes que a CGTP-IN agora apresenta, visam dar resposta aos problemas concretos sentidos pelos trabalhadores e à necessidade de desenvolvimento do nosso país.

Com gritantes desigualdades, a generalidade dos assalariados e as suas famílias são privados de bens e serviços que garantam uma vida digna, ao mesmo tempo que uma minoria acumula colossais rendimentos. O nível de riqueza criado no nosso país permite, já, a elevação das condições de trabalho, condição indispensável para elevar as condições de vida em Portugal.

É neste contexto que apresentamos as medidas necessárias e urgentes que conduzam ao aumento geral dos salários, a uma regulação e redução do tempo de trabalho e que combatam a precariedade, com a revogação das normas gravosas da legislação laboral e a promoção da contratação colectiva, condições incontornáveis que assumem um papel central para uma real valorização do trabalho e dos trabalhadores.

No quadro da intervenção sindical, que se debate há muito com limitações e constrangimentos que têm por objectivo deixar a democracia à porta das empresas, apresentamos não só as medidas que consideramos determinantes para resolver este problema, como fazemos uma apreciação crítica às medidas inaceitáveis relativas ao exercício da actividade e liberdade sindical já apresentadas pelo Governo no âmbito da “agenda do trabalho digno”.

A terceira componente de medidas que a CGTP-IN considera urgentes prendem-se com a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, com o papel do Estado para a dinamização da economia e a promoção da coesão social e territorial.

Vencer bloqueios, afirmar a democracia, elevar as condições de vida e de trabalho, ir à raiz das causas que eternizam os défices estruturais da nossa economia, é uma necessidade do país, uma reivindicação dos trabalhadores e uma exigência das populações.

As medidas urgentes que apresentamos são parte das soluções que, de forma integrada e articulada, estão presentes nas Prioridades da Política Reivindicativa para 2022 cuja concretização abre as portas a um novo rumo de desenvolvimento, com mais justiça social e coesão territorial.